



Combinado Agroubano surpreendeu políticos em visita

Solo rural agora tem a destinação mais social

Um dos mais importantes instrumentos criados pelo Governo do Distrito Federal no setor agrícola foi a regulamentação do Decreto 1.024, de dezembro de 86, que estabelece normas relativas à concessão do uso do solo. O decreto dá amplas oportunidades para que os posseiros se compatibilizem com as normas estabelecidas e legitimem suas posses.

Além disso, segundo explicações do secretário de Agricultura, Leone Teixeira, a nova lei evita muitas distorções, já que o GDF passa a desapropriar os direitos e benfeitorias dos arrendatários de terras públicas. Da maneira como aconteceu com a Granja do Ipê, propriedade virtualmente improdutiva, as terras ociosas que ainda restam no DF passarão a ter finalidade social.

Leone Teixeira explica que a intenção do governo não é "mexer" com quem já está produzindo, mas entregar as

terras públicas a quem delas precise para morar e produzir.

O decreto prescreve as condições pelas quais o concessionário será autorizado ao uso: comprovar a condição de agricultor; ser domiciliado no DF; ter entre 21 e 60 anos de idade; fornecer dados necessários para a elaboração do Plano de Utilização de Imóvel desejado; comprovar conhecimento das técnicas exigidas e apresentar os documentos exigidos legalmente.

Anteriormente, não havia critérios técnicos para a distribuição de terras no DF. A nova disciplina decretada pelo Governo do Distrito Federal cria ainda condições para a formação de glebas ou módulos em várias áreas do DF. "Daqui pra frente, será possível organizar os produtores em áreas de agricultura racional, com assistência técnica e toda a infraestrutura indispensável", destacou Leone Teixeira.